

**PROCESSO** - A. I. Nº 206840.0118/03-3  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - POSTO 4 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 2ª JF nº 0210-02/04  
**ORIGEM** - INFAZ BONOCÔ  
**INTERNET** - 16/09/2004

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0210-12/04

**EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. GASOLINA, ÁLCOOL E ÓLEO DIESEL. I)** MERCADORIAS ENTRADAS NO ESTABELECIMENTO SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO: **a)** RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ICMS NORMAL. **b)** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. O contribuinte é responsável pelo pagamento do imposto normal, devido pelo fornecedor, e pelo antecipado, relativo às mercadorias, sujeitas à substituição tributária, recebidas sem documentação fiscal. Exigências parcialmente subsistentes, após considerações das provas documentais anexadas aos autos. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício apresentado pela 2ª JF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, ao Acórdão JF Nº 0210-02/04, que julgou procedente em parte o Auto de Infração nº 206840.0118/03-3, lavrado em 16/12/03, para exigir ICMS no valor de R\$ 41.249,46 e aplicar a multa no valor de R\$ 50,00, em decorrência das seguintes irregularidades, apuradas através de levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias, no período de 01/01/03 a 15/09/03:

1. Falta de emissão de documentos fiscais nas saídas de mercadorias não tributáveis, conforme demonstrativo à fl. 14 do PAF. Foi indicada multa no valor de R\$ 50,00.
2. Falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$ 33.993,91, na condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhadas de documentação fiscal e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, conforme demonstrativo à fl. 12 dos autos.
3. Falta de recolhimento do ICMS devido por antecipação tributária, no valor de R\$ 7.255,55, de responsabilidade do próprio sujeito passivo, conforme demonstrativo à fl. 13 dos autos.

Ao impugnar o lançamento, o autuado enumerou equívocos existentes no levantamento fiscal e alegou que não foram consideradas as aferições diárias e o percentual de perda regulamentar. Afirmou que não houve fatos para sustentar o Auto de Infração, o qual considera um verdadeiro confisco. Anexou aos autos os documentos de fls. 70 a 100.

Na informação fiscal, fls. 104 e 105 do PAF, o autuante disse que, após analisar as notas fiscais apresentadas na defesa, concordava em parte com as alegações defensivas. Retificou os valores originais das infrações 2 e 3, reduzindo-os para, respectivamente, R\$ 5.780,96 e R\$ 1.965,37. Anexou aos autos novos demonstrativos e documentos (fls. 106 a 132).

Intimado a se pronunciar em relação aos novos documentos anexados à informação fiscal, o sujeito passivo, à fl. 135 do processo, comunicou que efetuou o pagamento do débito, conforme o valor apurado na informação fiscal.

O Auto de Infração foi julgado procedente em parte, tendo sido acatada a quase totalidade das alegações defensivas. A infração 1 foi mantida integralmente, ao passo que as infrações 2 e 3 foram julgadas procedentes em parte, ficando os débitos tributários correspondentes reduzidos de R\$ 33.993,91 para R\$ 5.780,95 (infração 2) e de R\$ 7.255,55 para R\$ 1.965,37 (infração 3).

Em 09/07/04, o autuado protocolou o documento de fl. 159, onde informou que acatava os valores constantes no Acórdão JJF Nº 0210-02/04, bem como acostou fotocópias autenticadas dos DAEs correspondentes (fls. 160 e 161).

## VOTO

Trata-se de Recurso de Ofício referente às infrações 2 e 3, as quais foram julgadas procedentes em parte pela 2ª Junta de Julgamento Fiscal.

Analisando as peças e comprovações que integram o processo, constato que o autuante, na informação fiscal, abordou todos os argumentos da defesa com fundamentação e, inclusive, trouxe aos autos novos documentos e demonstrativos, os quais serviram para fortalecer o seu posicionamento na referida informação. Uma vez que esses novos demonstrativos estavam de acordo com os documentos acostados ao processo, a 2ª JJF, de forma acertada, acatou os valores apurados pelo autuante na informação fiscal e julgou o Auto de Infração procedente em parte.

Em face do comentado, considero que a Decisão recorrida foi correta, está respaldada em documentação probante que lhe dá suporte e não carece de retificação.

Pelo exposto acima, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206840.0118/03-3**, lavrado contra **POSTO 4 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$7.746,32**, acrescido das multas de 60% sobre R\$1.965,37 e 70% sobre R\$5.780,95, previstas, respectivamente, no art. 42, II, “d” e III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais, e da multa no valor de **R\$50,00**, prevista no art. 42, XXII, da Lei nº 7.014/96, homologando-se os valores já efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de agosto de 2004.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS